ÉTICA E JUSTIÇA:

MERCADO

PROFA. DRA. NATHALIE A. BRESSIANI
NATHALIE.BRESSIANI@UFABC.EDU.BR

LIBERDADE SOCIAL, JUSTIÇA E RECONHECIMENTO

”uma vez que a aspiração à liberdade do indivíduo só é satisfeita no seio de instituições, ou com a ajuda delas, para Hegel, um conceito ’intersubjetivo’ de liberdade amplia-se ainda uma vez para o conceito ’social’ de liberdade”

”(...) em última instância, o sujeito só é ’livre’ quando, no contexto das práticas institucionais, ele encontra uma contrapartida com a qual se conecta por uma relação de reconhecimento recíproco, porque nos fins dessa contrapartida ele pode vislumbrar uma condição para realizar seus próprios fins.”

(...) Somente práticas harmonizadas e consolidadas fazem com que sujeitos possam se reconhecer reciprocamente como outros de si mesmos. E somente essa forma de reconhecimento é o que possibilita ao indivíduo implementar e realizar seus fins obtidos reflexivamente”

Honneth. O Direito da Liberdade. §5, p. 86-7

O NÓS DO AGIR EM ECONOMIA DE MERCADO

A) MORAL E MERCADO	B) MERCADO DE CONSUMO	C) MERCADO DE TRABALHO
• Em que sentido podemos falar em instituição relacional da liberdade social quando temos diante de nós um Capitalismo de Mercado Organizado	• Quais mecanismos institucionais de garantia dessa liberdade social acima podem ser identificadas na esfera do consumo?	• Quais mecanismos institucionais de garantia dessa liberdade social podem ser identificados na produção e na prestação de serviços?

GRANDE TRANSFORMAÇÃO - Há normatividade?

ESTABELECIMENTO SOCIAL DA ECONOMIA DE MERCADO CAPITALISTA

”Onde antes se constituíam sociedades pautadas pela economia de subsistência ou restritas ao âmbito do Estado feudal, com produção e distribuição dos gêneros de primeira necessidade ainda vinculados à dependência pessoal e a relações comunicativas,

passava a prevalecer a linguagem **muda** da economia de mercado, que se informasse, de maneira rápida e simples, sobre onde valeria a pena investir tempo e esforços na confecção do produto correspondente, considerando uma demanda cada vez maior (2§, p. 327)

CONDIÇÕES PARA A GRANDE TRANSFORMAÇÃO

Juridificação

- Capitalismo depende da institucionalização ampliada dos direitos subjetivos e igualitários, abordados por Honneth anteriormente como liberdades Jurídicas.
- Homens têm de se tornar pessoas jurídicas. Celebrar contratos com outros indivíduos, com objetivo de ganhar o máximo com compra e venda de bens, força de trabalho, terras etc.

Estado é central ao capitalismo:

- ”Pré-condições institucionais capazes de compor uma esfera de relações de intercâmbio juridicamente domesticadas entre particulares que atuam de maneira estratégica”

CAPITALISMO: CERNE E PROBLEMAS

4§: Visa a um aumento da produtividade como um todo	5§: Começam queixas de graves prejuízos à vida social	6§: Diagnóstico dos problemas	7§: Marx vs. Hegel e Durkheim
• Arranjos devem servir à intensificação e à aceleração da produção econômica, algo que beneficia a população de modo geral, por meio de um abastecimento melhor e mais rápido.	• Homo Oeconomicus: homem de negócios que só calcula • Paixões e sentimentos substituídos por Interesses (cálculos frios e fáceis de dominar) e Erosão de convicções morais e vínculos sociais • Risco gradativo de esvaziamento das relações sociai	• Disseminação de um tipo de personalidade de comportamento calculado. • Efeitos culturais da nova organização econômica • Distorções socioestruturais com a liberação do agir pelo lucro. • **Tendências de espoliação e empobrecimento**	• Marx: Modo de produção não levará a qualquer tipo de aumento de liberdade (promessa não cumprida). • Hegel e Durkheim: estabelecimento bem sucedido do novo ordenamento exige institucionalização de orientações de valor implícitas

ECONOMIA E MORAL

Integração das atividades econômicas dos indivíduos de maneira harmônica e não coercitiva, por meio de relações contratuais só funciona se houver uma consciência de solidariedade em todas as relações contratuais, tornando obrigatório um tratamento recíproco que seja justo e equitativo. (7§, p.335)

O novo sistema de economia de mercado não pode ser analisado sem uma classe de regras morais não contratuais que lhe precedam; caso contrário, não estaria em condições de satisfazer à função de integrar harmonicamente interesses econômicos individuais (...)

Sem essa consciência de solidariedade precedente, que obrigue a todos a algo além da mera observância de contratos celebrados, não se poderia excluir que as oportunidades do mercado fossem utilizadas para fraude, acúmulo de riqueza e exploração (§8, p. 336)

ECONOMIA E MORAL: TEM PROMESSA?

Faz algum sentido falar hoje dessa consciência? Mesmo sendo ela contrafática?

- ”Assim como todas as demais esferas sociais, o mercado também necessita do assentimento moral de todos os participantes que atuam nele, de modo que suas condições de constituição não podem ser descritas de maneira independente das normas que o complementam, as quais são, da perspectiva daqueles, as únicas a lhe conferir legitimidade” (10§, p. 340)

Debate pós-revolução Russa, com polarização entre:

- Os defensores do mercado, que o viam como capaz de levar a aumento do produto social bruto e, com isso, à melhoria da vida individual.
- Vs. Crítico ao mercado, que viam nele apenas fonte de alienação e coerção.
- Economistas, segundo Honneth, deixaram a desejar. Caminharam em direção à matematização, deixando a dimensão moral do mercado para trás em suas análises
- Poucas exceções: Durkheim, Hegel, Parsons, Polanyi. Hoje: Amatai Etzioni e Fred Hirsch

MERCADO E MORAL: MERCADO NÃO É LIVRE DE NORMAS

Hegel

Durkheim

Polanyi

Parsons

Fred Hirsch

Amatai Etzioni

- ”Todos concordam que o mercado econômico não deve ser considerado isoladamente do horizonte de valores da sociedade democrática liberal, que o circunda; em vez disso, nos processos econômicos nos quais os ofertantes estrategicamente se contrapõem numa concorrência por oferta e procura, normas e valores pré-mercadológicos estão inseridos mesmos quando violados ou quando deles se divergir, pois sob tais condições a disposição dos sujeitos para a colaboração ativa desaparece nos processos correspondentes” (21§, p. 354-5).

QUAL SERIA, ENTÃO, A BASE MORAL DO MERCADO?

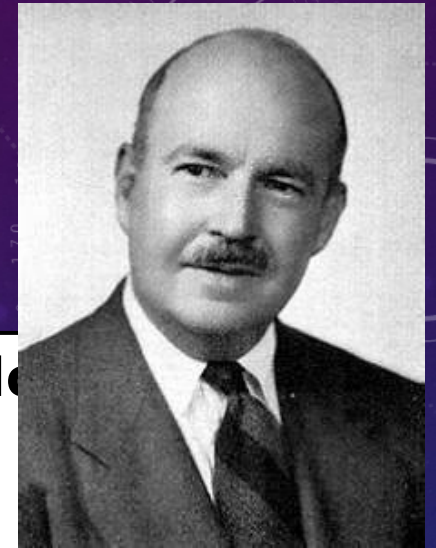
Todos esses autores defendem que uma economia de mercado só tem como funcionar à medida que as pessoas as compreendem como legítimas em um sentido mais forte: entendem o funcionamento do mercado como efetivação de alguma forma de liberdade mais robusta.

Eles não estão de acordo, contudo, a respeito de quais seriam essas normas ou base de legitimidade do mercado.

Hegel: acordo discursivo entre coorporações de ofício e categorias profissionais.

Durkheim: Não acha que essas garantias sejam suficientes e defende (24-26§, p. 359-62)

- > Institucionalização de processos de solidariedade pré-contratuais.
- >Evitar concentração de renda e adequar regras contratuais a obrigações recíprocas.
- > Garantir Igualdade de Oportunidades
- > Restrição de direito à herança
- > Garantir políticas educativas amplas

ECONOMIA E MORAL (PARSONS)

A força de trabalho humana tem de estar integrada no mercado de trabalho
02 instituições ajudam nesse processo de integração:

<u>Contrato de trabalho:</u> devem possuir um elemento normativo, para que o vínculo ali
estabelecido seja amplamente aceito. O trabalho deve garantir ao trabalhador algum
tipo de **reconhecimento simbólico pelas atividades produtivas realizadas.**

<u>Autorrealização profissional:</u> Segundo Parsons, um dos grandes problemas para o funcionamento de uma economia de mercado é a necessidade de mediar dois diferentes processos de socialização, o familiar e o econômico. É preciso que os indivíduos já sejam preparados, no âmbito da socialização inicial a orientar seu agir para ações de caráter estratégico, de rendimento econômico. Para Parsons, o ordenamento econômico capitalista só tem como funcionar sem gerar resistência se for capaz de gerar imperativos extraeconômicos e morais.

ECONOMIA E MORAL (POLANYI)

Mercantilização tem fronteiras ou limites que não devem nunca ultrapassados.

Perda de inserção: ”As vozes do desenraizamento e do mero estar exclu começam a ganhar terreno em cada vez mais camadas sociais, onde antes prevaleciam a garantia de status e a percepção de estar socialmente inserido” (Polanyi segundo Honneth, 10§).

Limite ecológico: Se o dinheiro for deixado a uma concorrência ilimitada de oferta e procura, seguem-se então especulações financeiras no próprio Estado que já não podem ser controladas. Em mercados desregulados, por fim, a terra se converte em mercadoria disputada, cujas consequências imediatas são a abusiva exploração da natureza e os danos ecológicos”. (Polanyi, apud Honneth 13§)

Lutas sociais: Convulsão social está ligada ao desenraizamento; Temos subtração

MERCADO: MORAL OU LIVRE DE NORMAS?

Marx

1) Será que aqueles que não têm nada além de sua força de trabalho estão em condições de participar de um contrato em condições de igualdade? Ou aqueles que detém os meios de produção podem sempre impor termos favoráveis?

2) O que é um salário justo? Dado que qualquer salário parece ser menor que o valor por ele gerado para que haja lucro?

> Teoria do valor hoje questionada.

Durkheim

Também vê isso: ”Quando uma classe da sociedade é forçada a vender seus serviços a qualquer preço para sobreviver, enquanto a outra não precisa de nada disso graças aos seus recursos (...) esta última exerce um poder de modo injusto. Em suma: não existem pobres e ricos por nascimento sem que haja contratos injustos”. (28§, p. 365)

Condições jurídicas e igualdade de oportunidades, dentro de sociedade de mercado. Não existem.

COMO FAZER RECONSTRUÇÃO NORMATIVA?

- Transações econômicas devem ser sempre vistas como interligadas a expectativas intrínsecas de cooperação solidária e, portanto, sempre é possível mensurar processos de intercâmbio de mercadorias se perguntando se eles satisfazem demandas para permitir vida coletiva e cooperativa:
- Sempre perpassado por expectativas normativas e por sentimentos de injustiça.

- Reconstrução: procurar descobrir, de modo idealizante, o caminho que, com pressão de movimentos sociais, protestos morais e reformas políticas possa conduzir a uma relação progressiva dos princípios de liberdade social que subjazem a essa liberdade e garantem sua legitimação.
  - Anomalia= menos regulação de interesses e/ou menos igualdade de oportunidades
  - Progresso= mais regulação de interesses e/ou mais igualdade de oportunidades

RECONSTRUÇÃO NORMATIVA HOJE

Situação já era difícil: Tanto marxistas quando economistas neoclássicos têm dúvidas de que o acontecer do mercado possua e deva ser compreendido como possuindo exigências de legitimidade.

Piora: ”em razão da internacionalização dos mercado, as coerções funcionais, se já antes não eram negadas por ninguém, pareceram ter adquirido, de uma só vez, peso tão grande que se considera inteiramente impossível voltarem a se adaptar ao horizonte de legitimação do ordenamento econômico” (Estado nação), 31§, p. 368.

”Os imperativos funcionais, aos quais estão sujeitas faticamente as decisões econômicas tornam-se isolados das expectativas de sentido e legitimação dos que tomam parte do mercado, como se suas reações normativas, em formas de dúvidas sobre si, sentimentos de injustiça, expectativas e atribuições de papéis não fossem parte do acontecer do mercado” (31§, p. 368-9)

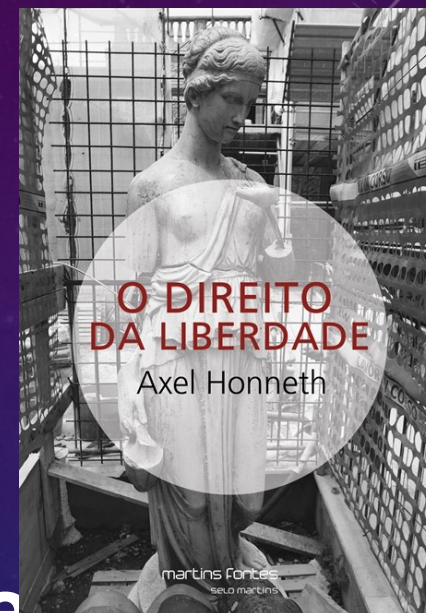
Despertam sentimentos de desrespeito que geram lutas e transformações sociais.

Tendências reais: reformas jurídicas e mecanismos discursivos

Anomias têm amplo papel aqui.

RECONSTRUÇÃO NORMATIVA DO MERCADO

- Tentativa de reconstruir a economia de mercado atual de maneira normativa considerando-se quais pontos de inserção e quais confirmações institucionais de realização da liberdade social nela se encontram.
  - Mercado de Consumo
  - Mercado de Trabalho
- Nesse processo, as anomalias são tão centrais que chegam a ser tomadas como mais comuns do que os desenvolvimentos positivos.

MERCADO DE CONSUMO

Módulo: ”A realidade da liberdade

- **Texto central:** Axel Honneth. ”O ’nós’ do agir em economia de mercado”. In: *O direito da liberdade*. (370-422).

SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO

Terreno motivacional para a necessária disposição à divisão de trabalho e à autodisciplina foi preparada por algumas correntes do protestantismo, que associavam a esperança em ter sido escolhido pela graça divina à precondição de **satisfação individual de todas as suas obrigações profissionais** (33§, p. 371). Weber.

Cultura de consumo no século XVII, mas não é tão claro se **origens são religiosas** ou diretamente vinculadas a desejos de **autenticidade pessoal**.

O que se pode dizer é que o rápido crescimento e a legitimação social do mercado capitalista deveram-se, em ampla medida e desde o início, à sua **aparente capacidade de informar as empresas sobre quais bases impeliram o consumidor privado a uma demanda maior** (33§, p. 371) - EFICIÊNCIA

Por meio de possibilidades que lhes são abertas à compra individual pelo mercado de bens, **os sujeitos se apreendem como consumidores, livres para formar suas vontades pessoais** e, assim, sua identidade pela busca hedonista e pela aquisição satisfatória de mercadorias (34§, p. 372) - AUTONOMIA PRIVADA

Os consumidores reconhecem as atividades assalariadas como as que lhes **possibilitam a satisfação de suas necessidades** e, no sentido inverso, tal satisfação garante àqueles a **obtenção de seu modo de vida** (34§, p. 372) - SATISFAÇÃO DAS

MERCADO DE CONSUMO (36-39§, PP. 374-800)

Distinção	Propaganda	Desabastecimento	Lutas e convulsões sociais
• Bens que geram distinção e não têm a ver com necessidades próprias, mas sim necessidades inculcadas. • Bourdieu (diferenciação simbólica). • Diferenciação crescente de nichos de consumo que estão vinculados a status.	• Surgimento e profissionalização da propaganda, que passa a integrar estratégias de venda de quase todas as empresas. • Imprensa, outdoors, galerias de lojas. • Produtos são revestidos de significados • Atmosfera de sonho, do qual o comprador participaria .	• Baixa lucratividade de negócios que produzem e vendem para as classes baixas. • Crises de abastecimento aos mais pobres. • Ocorrem de modo simultâneo ao aumento do consumo de luxo e as propagandas com atmosfera de sonho via consumo	• Levantes, boicotes, convulsões sociais com demandas por abastecimento e possibilidades de consumo. • Participar e ser incluído na esfera do consumo e no que ela possibilita. • Revoltas do Pão, que buscavam reivindicar preços acessíveis a produtos de primeira necessidade. • Revolta moral

DIMENSÃO NORMATIVA DO CONSUMO

As necessidades dos consumidores devem se adaptar de tal modo umas às outras que os rendimentos de capital a que os empresários aspiram se mantenham num contexto de **acessibilidade coletiva** e que a **oferta dos bens pelos quais se anseia possam se realizar num sentido considerado ético**, uma vez que o mercado foi concebido por todos os seus participantes como meio de intercâmbio institucional, em cuja função ambos os lados, **consumidores e produtores se ajudam reciprocamente na realização de seus respectivos interesses** (50§, p. 396)

MERCADO DE CONSUMO: SOCIALIZAÇÃO (40-50§)

Socialização do Consumo

- Surgimento de cooperativas de consumo na Inglaterra
- Juntavam trabalhadores, artesãos e camponeses para adquirir bens de uso diários.
- Formas de adquirir produtos a preços melhores e permitir acesso coletivo a bens.
- Depois vieram cooperativas de produção também.
- Espaço de aprendizagem e socialização de caráter moral.

Institucionalização

- **Inglaterra:** Após redução do papel do Estado no início do século XIX (pré-estado de bem estar), temos novo levante e lutas 1873.
- **França e Prússia** também começam a criar limitações ao mercado, com base em exigências de seguridade social, bem comum, proteção ao consumidor.
- Consolidação jurídica dessas proteções, com informações adequadas de produtos e proibição de concorrência desleal.

Cidadão Consumidor

- Parte dos países do centro do capitalismo vê amplo aumento do consumo e redução das preocupações com bens essenciais.
- Pessoas passam a se ver cada vez mais como cidadãos consumidores.
- Realização e lugar via consumo.
- Partidos políticos começam a encampar demandas vinculadas à esquerda (45§).

Críticas ao consumismo

- Começam a surgir crítica ao caráter clientelista dessas demandas por mais consumo.
- Crítica deixa de ser apenas ao consumo de luxo e passa a incluir atitude de consumidor perante o mundo.
- Fraqueza identitária e necessidade de status por meio de mercadorias.
- Contracultura anticonsumo. Ambientalismo. Reforçam Cooperativas como forma de ir na contramão, reforçando

DESENVOLVIMENTO REAL DO MERCADO DE CONSUMO

Situação

- 150 anos: aumento de poder das empresas
- Estratégias publicitárias e manipulação de desejos e interesses
- Internacionalização do comércio, escapando aos dispositivos de limitação política do mercado, de caráter nacional.
- Desmantelamento do Estado de Bem-Estar social e perda de capacidade de regulação por parte do Estado.
- Desenvolvimento rápido de produtos de consumo, com institucionalização de uma cultura capitalista.
- Valor de uso perde centralidade para Promessa de felicidade via consumo.

Institucionalização

- Perda de força dos movimentos das cooperativas. Passam de baluarte da resistência à quase inexistência.
- Descrença em ideologias políticas vistas como causadoras das duas grandes guerras
- Promessa normativa de uma sociedade de consumo sai do horizonte, mesmo nos países em que elas eram centrais, como a Suíça.
- Ideia de pertencimento a uma classe deixa de existir. Elementos anticonsumo são fortes na esquerda.

Individualização do consumo

- Consumo passa a ser pensado como algo individual.
- Gerou desequilíbrio de forças ainda maior.
- Concentração de renda e poder de empresários e produtores que passam a se orientar cada vez mais pelo lucro.
- Mesmo quando há controle do Estado, o foco é na garantia de seguranças individuais.
- Código do consumidor

Críticas ao consumismo

- Hábitos desenfreados de consumo são moralmente aceitáveis frente à pobreza e fome mundiais?
- Questões ecológicas começam a se tornar centrais e permitir novos questionamentos ao consumismo.
- Leis que garantem padrões de sustentabilidade e empresas que assume slogans pró-ecológicos.
- Moralização do consumo, com compras no bairro, produtos ecológicos e que não poluem (mas muito restritos).
- Nada remotamente parecido com as cooperativas.

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS (58§)

- Claro que se essa fase de intenso questionamento aos modos de consumo e à propaganda industrial tivesse sido apenas um breve episódio, ela não teria obtido expressão institucional em movimentos políticos e atividades jurídicas que lhes possibilitaram maior duração e poder de conformação. É provável que tudo o que hoje se costuma descrever como ”moralização dos mercados”, em última instância tenha raízes na sensibilização moral a que tinham conduzido os protestos e as revoltas estudantis na década anterior... Impelidos por relatos alarmantes sobre os limites do crescimento industrial , considerações ecológicas passaram a ocupar um lugar mais central em várias restrições aos produtores... Paralelamente à tentativa de sensibilizar os próprios consumidores para o que então se tinha como consequências de seu comportamento de compra, despertava uma atenção crítica do lado contrário, o qual movido pelo interesse da acumulação do capital, ignorava consequências sociais ou relativas à natureza (citação modificada, p. 406-7)

SITUAÇÃO HOJE

Moralização não foi bem sucedida: temos separação entre compradores:

- Quem se esforça para ter o mínimo e muitas vezes sequer tem acesso a bens de subsistência
- Quem ostenta bens de consumo e busca artigos de luxo (suvs, turismo etc)
- Quem orienta seu consumo de forma comedida e, por vezes, ética.

Componente de eticidade democrática não se faz mais presente.

- Consumismo privado, com objetivo de acúmulo individual de bens efêmeros.
- Cegueira frente à iminente catástrofe climática
- Institucionalização de orientações individualistas e perda do caráter de liberdade social.

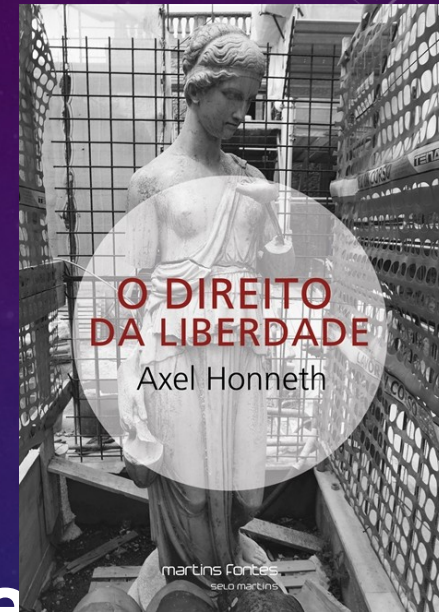
Padrões de consumo e influência na personalidade

O nível alarmante em que adolescentes e mesmo crianças estão obcecadas por marcas, bem como a enorme rapidez com que campanhas publicitárias conseguem penetrar na fantasia de tantas pessoas para governar sua autoimagem e identidade, são sinais claros da inversão social que transformou consumidores em personagens passíveis de influência para além de seus hábitos de compra" (64§, p. 416)

Aumento do poder de empresas

Ainda que se conte com tendências isoladas a um autocontrole ético do comportamento de compra, ainda que na União europeia tenham sido impostos às empresas princípios de sustentabilidade, e ainda que em muitos lugares tenha havido um aumento das atribuições jurídicas de organismos de proteção ao consumidor.... o poder das empresas nos mercados de bens de consumo só tem aumentado nos últimos anos (65§, p 417)

Estratificação em nichos e não existência de potenciais de liberdade social:
Divididos em grupos parciais, entre os quais não há processos de entendimento, e homogeneizados somente por processos anônimos de construção de *habitus,* esses consumidores já não podem desenvolver nenhum consciência conjunta de realização de sua liberdade individual no intercâmbio cooperativo com a contraparte" (69§, p. 422)

MERCADO DE TRABALHO

Módulo: ”A realidade da liberdade

- **Texto central:** Axel Honneth. ”O ’nós’ do agir em economia de mercado”. In: *O direito da liberdade*. (421-484).

IMPORTÂNCIA DO MERCADO DE TRABALHO

Em grau muito maior do que a atividade de consumo, que (...) pouco contribui para a autoestima individual (mesmo quando está adequadamente organizada), a atividade objetificada do trabalho depende de um reconhecimento mútuo no contexto de toda a sociedade, pois dela depende toda a ”honra” e a liberdade civil do sujeito moderno (ou, mais precisamente, do homem moderno)”.

Axel Honneth. *O Direito da Liberdade,* p. 423.

MERCADO DE TRABALHO ”LIVRE”

Antes

- Relações de trabalho com tutela (feudalismo agrícola, relações de servidão)
- Algumas “ocupações” eram auto-organizadas em guildas ou coorporações de ofício, em que trabalhadores determinavam a produção.
- Trabalho escravo e servil era não apenas permitido, como também utilizado (além de comercializado)

Revolução Industrial

- Novas tecnologias permitem criação de fábricas
- Camponeses, desocupados e subocupados, que migravam para a cidade eram contratados por salários irrisórios.
- Não havia qualquer regulamentação e o trabalho era bastante inseguro e precário.
- Acumulação Originária e Expropriação/Espoliação (Marx)

Formas Protoindustriais

- Surgem também pequenas empresas campesinas
- Pequenas empresas com artesãos
- Ainda possuíam certa autogestão. não eram mais fechadas por hereditariedade
- Formas de trabalho intermediário, porém, logo caducaram

Purificação do trabalho

- Os elementos tradicionais são, aos poucos, expurgados das relações de trabalho novas.
- França: abalam-se as guildas e as instituições de encarceramento (mendigos)
- Inglaterra: nobreza feudal e burguesia discutindo futuro dos mais pobres.
- Alemanha: mais atrasada, mas discussão sobre significado da liberdade na indústria e regulação.
- Novos rumos do

1- ANOMALIAS DO MERCADO DE TRABALHO

Trabalho não regulado

- Eliminação dos fatores tradicionais de proteção
- Não há controle estatal
  - Sem estabilidade
  - Sem auxílio doença ou aposentadoria
  - Sem proteção em caso de desemprego ou qualquer acesso a serviços de saúde ou educação públicos
- Aumento da miséria

Como entender a legitimação desse trabalho?

- Elementos religiosos, que pregam disciplina e abnegação. Disposição ao trabalho.
- Provavelmente, muito decorre de necessidade de se submeter para sobrevivência. (funcional)
- Com o tempo:
  - Revalorização do trabalho
  - Condenação ética de fortunas sem esforço
  - Mas ainda eram acompanhadas de associações que contrabalanceavam os efeitos, oferecendo assistência aos mais necessitados.
  - Surgem imagens que desvalorizam os miseráveis, colocando-os como preguiçosos, perigosos, menos capazes etc. (pauperismo). Degradados e, portanto, justificadamente pobres (§4, p. 429).

RESISTÊNCIAS AO MERCADO DE TRABALHO

Primeiro Hegel e, depois, os socialistas utópicos procuram entender as causas dessa miséria.

> ”Pela primeira vez, os representantes da incipiente economia de mercado veem com clareza que a precária situação das classes trabalhadoras não é culpa destas, mas está relacionada à diluição das fronteiras sociais do mercado de trabalho capitalista”(§5, p. 431)

1) ”Por permitirem condições de trabalho incompatíveis com a dignidade e a ”honra” próprias ao ”homem comum”, acusavam-se os proprietários de fábricas ou as autoridades políticas e associações de auxílio mútuo eram criadas para evitar carências extremas”

2) ”Os afetados pouco a pouco adquiriram as ideias normativas de que os próprios defensores do novo sistema de classes tinham utilizado para fundamentar a nova organização de trabalho”

HONRA passa: Direito ao trabalho; Garantias contra enfermidade; Acusação de exploração

Resistência é feita sobre **novas bases normativas**, que pressupõem a exigência de liberdade e reciprocidade no trabalho.

CERNE NORMATIVO DA NOVA RESISTÊNCIA (6§, P 432)

Direito ao trabalho	Proteção do trabalho	Exploração	Cerne
• Onde se reivindica um direito ao trabalho, deve-se, antes, ter regulamentado institucionalmente e que o trabalho não pode ser atribuído de maneira paternalista ou simplesmente decretado	• Onde se exige proteção ao trabalho e pagamento do salário em caso de doença, o que está em jogo é a ideia de que o respeito ao trabalho de trabalho pelo empresário implica implicitamente o cumprimento de uma série de medidas de	• Onde há acusação de "exploração", deve-se antes ter-se concedido ao sujeito liberal um direito jurídico em benefício de sua atividade. • Algo foi tirado do trabalhador, que lhe era "devido"	• Rápido processo de aprendizagem que faz com que as demandas normativas da nova organização do trabalho tenham se tornado referência para a nova organização trabalhista (no lugar da denúncia moral)

RESULTADOS DAS LUTAS POLÍTICAS
(ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL)

Regulação estatal:

- Horários fixos
- Indenização por acidente
- Sistema público de seguridade
- Seguro doença, desemprego, aposentadoria
- Espaços decisórios com alguma força da parte dos trabalhadores
- Robert Castel e ”relação de dependência salarial”, compensações para além do salário por tarefa cumprida.

Interpretação

- A ”plebe” da primeira hora encaminhava-se então, fosse pelo êxito de seus esforços, fosse pela perspicácia política do Estado, à sua conversão em assalariado do século XX, seu estatuto era agora protegido. (§9, p. 437)

Ambiguidade dos resultados

- Essas tendências à socialização vindas debaixo do mercado de trabalho, ou seja, a intenção de determinar pela via cooperativa as condições de troca da mercadoria e força de trabalho logo foram freadas... ou no mínimo sofreram contrapesos da forma juridificada da política social que então nascia;
- Direitos sociais que o Estado concedia cada vez mais aos assalariados referiam-se em sua estrutura formal **somente ao trabalhador individual e, portanto, era inevitável que tornassem a separá-lo administrativamente das comunidades das quais se originara o processo** (10§,

ANOMIA 2 – MECANIZAÇÃO DO TRABALHO (§16, 447)

Taylorismo e mecanização do trabalho:

Engenheiro Frederick Taylor, no final do século 19, se propôs a revolucionar os métodos de gestão empresarial. Sua inovadora ideia consistia em imaginar o progressivo desaparecimento de todo trabalho manual da produção industrial, até o nível extremo em que caberia aos trabalhadores realizar operações decompostas em suas menores partes, planificadas por uma gerência treinada com um conhecimento bastante exato dos processos mediados por máquinas

Como Taylor não cansava de repetir, o benefício obtido com esse tipo de simplificação metódica das etapas de trabalho separadas deveria ser o barateamento e, ao mesmo tempo, o aumento da produtividade da mão de obra individual:

- Nível cada vez menor de qualificação exigido
- Mão de obra mais barata (não paga a qualificação)
- Gera mais valor e produção

→

Muitos sentiram essas mudanças de forma profunda:

”Ataque à sua autoconcepção, que fora transmitida por gerações e que constituíra seu orgulho e consciência de sua capacidade e destreza associada a todo trabalho manual e força corporal lhes eram tirados da noite para o dia com a produção taylorista em cadeia de montagem (17§, 449)

MERCADO DE TRABALHO

Fragmentação da classe

- Divisão entre trabalhadores aumenta
- Gerentes, administradores, profissionais que tinham qualificação e cargos de planejamento relativamente bem pagos. Classe média.
- Ampla parcela de trabalhadores sem qualquer qualificação, que realizavam trabalhos mecânicos e repetitivos. Não utilizavam criatividade, capacidade intelectual poucas chances de realização.
- Sindicatos divididos e perda da mobilização

Lutas sociais

- Aos poucos começam a surgir novas lutas
- Busca por co-determinação e espaço em decisões.
- Tentativas de recobrar algum controle sobre atividade produtiva, reorganzando elementos da produção etc.

- Demandas e lutas são interrompidas ao longo da segunda guerra, mas voltam com força depois.

Pós-Guerra

- Ânimo igualitário
- Necessidade de contraponto com o socialismo existente.
- Reconhecimento da necessidade de intervenção

- Fortalecimento do CAPITALISMO ORGANIZADO.

Capitalismo Organizado

- Salários mínimos
- Fundos de seguro desemprego
- Direito de sindicatos de participar das decisões
- Fortes demandas por humanização do mercado
- Acesso à educação e diminuição da desigualdade de oportunidades.
- Melhora das chances de reconhecimento no âmbito do trabalho, em favor dos assalariados.

- Melhor remuneração não gerava maior estima (p. 461)

EXPECTATIVA VS REALIDADE

Jean Fourastié:

- Ascenção do setor de serviço, que seria mais qualificado.
- Trabalho mecânico seria passado a máquinas, sobretudo no campo industrial.

De fato:

- Aumento do setor de serviço, mas não qualificado e ampliação de trabalhos mal remunerados.
- Grande parte do trabalho continuava sendo mecânica, precária.
- Divisão cada vez maior entre trabalhadores.

→

”tanto no setor da produção como no setor de serviços, surgem, por um lado, um núcleo protegido de funções com exigência técnica, de alta qualificação. Por outro lado, surgia um cinturão de ocupações carentes de toda e qualquer proteção, desprovidas de iniciativa e não exigindo nenhum aprendizado do trabalhador (p. 465)

SITUAÇÃO ATUAL

Desorganização da economia capitalista

- As grandes empresas passaram a se orientar novamente pelo ponto de vista da rentabilidade e pela cotação de suas ações, órgãos estatais passaram a limitar suas atividades reguladoras e socializantes a meras funções externas de controle e, como consequência, os sindicatos perderam progressivamente seu forte papel de cogestão” (p. 468)

Causas:

- **Globalização:** isenção tributária e fuga de capital de países com impostos mais altos.
- **Grandes investidores:** buscas de retorno rápido e expressivo, substituem pequenos investidores.
- **Tentativa de tornar produtos competitivos:** cortes nos salários, valorização de conhecimento financeiro e não vínculo com funcionários e reestruturação da produção.

SITUAÇÃO HOJE: MERCADO DE TRABALHO

Proteção social do trabalho

- Redução dos salários
- Aumento de concentração de renda
- Diminuição de impostos aos mais ricos
- Moderação e perda de força dos sindicatos
- Aumento do desemprego
- Menos serviços oferecidos pelo estado
  Crise de cuidado

Crise de reconhecimento

- Passava-se a conviver com uma imensa desvalorização do trabalho remunerado na sociedade, na verdade, segundo Parsons, se o montante do salário deve ser a expressão simbólica da medida de valorização social dos esforços de trabalho, a deteriorização dos rendimentos induzida política e economicamente e a crescente precarização dos postos de trabalho são indícios de uma PERDA DE RECONHECIMENTO COLETIVAMENTE VIVENCIADA.

SITUAÇÃO HOJE: LUTAS SOCIAIS

ESPÍRITO FATALISTA:

Aceitação fática e sofrimento latente

AOS POUCOS:

Condenação cotidiana das condições de trabalho

Mercado de trabalho capitalista considerado como injusto e por vezes ilegítimo

Horizonte: valorização do trabalho, desempenho, reputação social

ESTRATÉGIAS SURDAS DE EVAsÃO E NÃO LUTAS COLETIVAS (pp. 472-4)

Não parece haver grande articulação coletiva

Não há muita articulação entre trabalhadores do setor de serviço

Privatização do sofrimento e autorresponsabilização pelo fracasso

DESAPARECIMENTO RELATIVAMENTE RÁPIDO DE TODA A INDIGNAÇÃO ”VISÍVEL” NOS MERCADOS TRABALHISTAS FLEXIBILIZADOS